

# SERIA O APRIMORAMENTO GENÉTICO HUMANO UM RISCO À DEMOCRACIA? REFLEXÕES SOBRE O BIOCONSERVADORISMO DE MICHAEL SANDEL

## WOULD THE HUMAN GENETIC ENHANCEMENT BE A RISK TO DEMOCRACY? REFLECTIONS ABOUT MICHAEL SANDEL'S BIOCONSERVATISM

Adan John Gomes da Silva\*

**Resumo:** Em seu livro *Contra a perfeição*, o professor e filósofo estadunidense Michael Sandel se opõe ao que ele acredita ser uma prática cada vez mais próxima da realidade: o aprimoramento biomédico. Quando contextualizamos sua crítica a esse tipo de prática dentro de sua filosofia política, somos levados a acreditar que, para esse autor, o maior risco oferecido por esse tipo de tecnologia é sua capacidade de corroer as bases de uma democracia forte e saudável. Nesse texto, analisaremos os passos que Sandel dá em direção a essa conclusão, de forma a avaliar até que ponto sua recusa dos aprimoramentos genéticos encontra respaldo em suas ideias políticas.

**Palavras-chave:** Democracia. Meritocracia. Engenharia genética. Aprimoramento.

**Abstract:** In his book *Against perfection*, the American teacher and philosopher Michael Sandel opposes what he believes to be a practice increasingly closer to reality: biomedical enhancement. When we contextualize his criticism of this practice type within his political philosophy, we are led to believe that, for this author, the greatest risk offered by this technology type is its ability to erode the foundations of a strong and healthy democracy. In this text, we will analyze the steps that Sandel takes toward this conclusion, in order to evaluate to which extent his refusal of genetic improvements is supported by his political ideas.

**Keywords:** Democracy. Meritocracy. Genetic Engineering. Enhancement.

---

\* Graduado em filosofia pela UERN, mestre em filosofia pela UFRN, onde desenvolvi pesquisa sobre a filosofia da ciência de Thomas Kuhn. Atualmente é doutorando em filosofia pela UFRN, onde estudo os debates éticos envolvendo a possibilidade de aprimoramento genético humano. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Apodi. E-mail: adan.john@ifrn.edu.br

## 1 Introdução

Neste começo de século, estamos testemunhando um avanço sem precedentes na engenharia genética. Ferramentas cada vez mais precisas e baratas de manipulação de nosso código genético prometem curas para males que até então estavam fora do alcance da medicina sequer tratar<sup>1</sup>. Contudo o grande impacto que esse tipo de tecnologia terá sobre nossas vidas vai além das novas possibilidades curativas da medicina emergente, pois os mesmos métodos capazes de curar doenças de caráter genético também poderão intervir em organismos perfeitamente saudáveis no intuito de aprimorá-los.

Com efeito, o uso de técnicas de cura para efeitos de aprimoramento sempre foi uma prática corrente na medicina. Para citar apenas um exemplo, remédios produzidos para tratar TDA (Transtorno de Déficit de Atenção) não raro são adotados por pessoas sem esse problema que querem melhorar sua capacidade de concentração. De forma análoga, a revolução genética oferece não apenas a esperança de cura, mas também uma oportunidade para que aqueles dispostos a pagar tenham acesso a meios de aprimorar a força física, traços cognitivos e até mesmo o humor de seus futuros filhos.

O vislumbre desse tipo de possibilidade deu origem, ainda no final do século passado, a todo um movimento que partiu em defesa da permissibilidade moral das práticas de aprimoramento genético. Recorrendo a diversas razões, esse movimento defende que faz parte do direito dos pais recorrer a técnicas de aprimoramento genético para garantir a seus filhos as qualidades genéticas que desejarem, desde que, com isso, não os prejudiquem ou deliberadamente limitem suas opções de planos de vida (AGAR, 1998).

Enquanto boa parte dos opositores do aprimoramento genético — a quem se convencionou chamar de *bioconservadores* — recorre a argumentos relativos aos danos que esse tipo de prática pode oferecer à autonomia das crianças aprimoradas (HABERMAS, 2004) ou à justa distribuição dos benefícios dessa tecnologia entre os membros da sociedade, Michael Sandel destaca-se por construir um argumento que minimiza ou mesmo descarta algumas dessas críticas em favor de uma de caráter mais fundamental<sup>2</sup>. Conforme ele defende em seu livro *Contra a perfeição* (2013), o grande mal dos aprimoramentos estaria nos efeitos indesejáveis que eles teriam sobre virtudes altamente valorizadas em sociedade.

Para o filósofo estadunidense, o aprimoramento é essencialmente uma busca por domínio e maestria, ou seja, uma tentativa de controlar o que antes estava sujeito à loteria genética. Assim é que, por conta do que chama de “aspiração prometeica” dos aprimoramentos, Sandel (2013, p. 40) acredita que eles ameaçam destruir “a valorização do caráter de dádiva que existe nas potências e conquistas humanas”, isto é, a admiração e a gratidão que sentimos ao sermos agraciados com talentos naturais que não resultam de nossa ação deliberada, e que estão presentes

<sup>1</sup> O exemplo mais recente desse tipo de tecnologia é o desenvolvimento do método de edição genética CRISPR/CAS9, que em 2020 rendeu um prêmio Nobel de Química para suas desenvolvedoras, a francesa Emmanuelle Charpentier e a norte-americana Jennifer A. Doudna.

<sup>2</sup> No que diz respeito à queixa de que os aprimoramentos comprometeriam a autonomia das crianças aprimoradas, esse autor lembra que “as crianças projetadas não são menos autônomas no que diz respeito a sua carga genética do que as crianças nascidas do modo natural. Não é como se, na ausência da manipulação eugênica, pudéssemos escolher nossa herança genética (SANDEL, 2013, p. 92).

principalmente em nossa admiração pelo esporte e na relação entre pais e filhos<sup>3</sup>. Daí esse autor concluir que esse “triunfo unilateral da intenção deliberada sobre o dado inato, do domínio sobre a reverência, do moldar sobre o contemplar” ameaça, sobretudo “três características cruciais de nossa configuração moral: a humildade, a responsabilidade e a solidariedade” (SANDEL, 2013, p. 97-98).

Esse é o coração do argumento de Sandel e é responsável por trazer suas considerações políticas para o campo da bioética. É a partir dele que deduziremos que sua aversão à prática do aprimoramento está intrinsecamente ligada a sua preocupação com os alicerces da democracia. Para mostrar como isso se dá, é preciso responder a duas questões: 1) por que razão, na opinião desse autor, esses valores são tão importantes, a ponto de fazerem frente aos aparentes benefícios prometidos pelos aprimoramentos genéticos?<sup>4</sup>; e 2) como o aprimoramento é capaz de comprometer esses valores? A resposta a essas duas perguntas, embora apontadas já no *Contra a perfeição*, só encontram seu desenvolvimento completo ao mergulharmos na filosofia política e moral que o autor explicita em outros trabalhos, como veremos a seguir.

## 2 O que há de especial na humildade e solidariedade

A respeito da primeira questão, devemos começar lembrando que a filosofia política de Sandel (2005, p. 21) pode ser caracterizada como uma rejeição do que ele chama de “liberalismo deontológico”, uma doutrina que, podendo ser rastreada até Kant, defende que “[...] sendo a sociedade composta por uma pluralidade de pessoas, cada uma com os seus objetivos, interesses e concepções do bem, estará mais bem organizada quando for governada segundo princípios que, em *si mesmos*, não pressupõem uma qualquer concepção do bem”.

Assim, tal doutrina assume como compromisso nuclear tanto a ideia de que o que é justo é diferente e independente do que é bom, quanto de que, numa sociedade, a promoção da justiça tem prioridade sobre a promoção do bom. A doutrina do primado da justiça, como Sandel por vezes a chama, “[a]firma que a justiça é um valor primário na medida em que suas exigências têm maior peso do que outros interesses morais e políticos. Independentemente da urgência de que estes últimos possam se revestir”, daí a justiça ser “a mais alta de todas as virtudes sociais, que tem que ser assegurada antes de as outras poderem apresentar suas reivindicações”, de forma que “nem sequer o bem-estar geral se poderia sobrepor a eles” (SANDEL, 2005, p. 22).

Basilar ao liberalismo deontológico e sua caracterização da justiça como valor anterior ao bem, é tanto a ideia de que aquele é independente deste quanto de que o sujeito é caracterizado,

<sup>3</sup> Segundo Sandel (2013, p. 41-42), o que mais admiramos nos esportes não é tanto a dedicação dos atletas, mas a exibição dos talentos naturais pelos quais eles não são responsáveis, daí ele afirmar que “o verdadeiro problema dos atletas geneticamente modificados é que eles corrompem a competição esportiva enquanto atividade humana que honra o cultivo e a exibição de talentos naturais”. Ao lado disso, afirma também que o aprimoramento conduzido pelos pais “é censurável porque expressa e estabelece certa atitude diante do mundo — uma atitude de dominação, que não valoriza o caráter de dádiva das potências e conquistas humanas e desconsidera aquela parcela da liberdade que consiste em uma persistente negociação com aquilo que nos é dado” (SANDEL, 2013, p. 93).

<sup>4</sup> Estamos aqui partindo da premissa de Sandel de que os problemas envolvendo os impactos dessa tecnologia sobre a autonomia e a desigualdade, entre outras questões de cunho mais prático, seriam contornáveis e por si só também não justificariam sua rejeição.

sobretudo, por sua capacidade de escolher. Se este é o caso, continua Sandel, “o liberalismo deontológico pressupõe que somos capazes de — ou, melhor, temos que — nos perspectivar como independentes” (SANDEL, 2005, p. 32). Nesse sentido, o sujeito é caracterizado antes pela sua capacidade de escolher do que pelas escolhas que faz.

A noção de que a justiça deve manter-se neutra em relação às concepções da vida boa reflete um conceito das pessoas como seres dotados de livre escolha e sem amarras morais preexistentes. Essas ideias, tomadas em conjunto, caracterizam o pensamento político liberal moderno. (SANDEL, 2011, p. 270).

As expressões máximas dessa doutrina estariam inscritas na noção de vontade autônoma de Kant e de “decisão hipotética sob um véu de ignorância” de Rawls, ambas concordando que

é justamente porque somos seres livres e independentes que precisamos de uma estrutura de direitos que seja neutra quanto às finalidades, que se recuse a tomar partido em controvérsias morais e religiosas, que deixe os cidadãos livres para escolher os próprios valores” (SANDEL, 2011, p. 268).

E é a partir desses dois compromissos — a independência da justiça em relação ao bom e a natureza do sujeito — que brotam as críticas de Sandel contra essa doutrina. No que diz respeito à primeira crítica, chamada por ele de “objecção sociológica”, Sandel afirma que tal imagem do sujeito é falha, visto que este não pode ser separado de sua comunidade, família e nação. Assim, “[a] comunidade não é mero atributo, mas constituinte do ser”. Com efeito, uma das marcas da filosofia política de Sandel é o destaque que ele dá para a importância dos vínculos afetivos de seus cidadãos, vínculos que não apenas caracterizam o sujeito — e sem os quais ele seria totalmente destituído de “caráter e profundidade moral” —, como também, por meio dele, elevam-se a uma categoria relevante no julgamento político<sup>5</sup>.

Ao lado da objeção sociológica, o filósofo estadunidense também critica o pressuposto de que a ideia de justiça pode ser desvinculada da ideia de bom, pressuposto contra o qual ele afirma que reflexões sobre aquela são sempre alicerçadas numa dada visão de bom. Se este é o caso — e ele afirma que é — “[d]iscussões sobre justiça são, portanto, inevitavelmente, discussões sobre a vida boa” (SANDEL, 2011, p. 267).

Ao se colocar de tal forma oposto ao liberalismo deontológico — isto é, ao rejeitar o primado da justiça em favor da dependência e subordinação dessa ao conceito de bom —, Sandel (2011, p. 267) acaba se filiando aos ideais aristotélicos, segundo os quais “o objetivo da política não é apenas facilitar o intercâmbio econômico e cuidar da defesa comum; a política também deve cultivar o bom caráter e formar bons cidadãos” e que “é preciso que determinemos

<sup>5</sup> Argumenta-se que o liberalismo está errado na medida em que a neutralidade não é possível, dado que, por mais que nos esforcemos, jamais seremos capazes de escapar por inteiro aos efeitos de nossas condicionantes [...] A apreçoada independência do sujeito deontológico é uma ilusão liberal. Não entende a natureza fundamentalmente “social” do homem, nem o facto de sermos seres condicionados “do princípio até o fim”. Não há ponto de isenção, nenhum sujeito transcendental capaz de se erguer fora da sociedade ou fora da experiência (SANDEL, 2005, p. 33).

primeiramente a natureza do modo de vida mais desejável. Enquanto isso não for esclarecido, a natureza da Constituição ideal também permanecerá obscura”<sup>6</sup>.

Como consequência dessa filiação, o autor de *Contra a perfeição* defende a ideia de que o papel do Estado, para além de garantir certos direitos, deve ser o de promover o *bem comum*, a fim de que os cidadãos possam “viver uma vida digna e próspera”. E, embora definir o bem comum não seja algo que possa ser feito de maneira definitiva e sem controvérsia, Sandel (2020, p. 296) acredita que isso envolve “deliberar com nossos companheiros cidadãos” e “raciocinar juntos sobre os propósitos dignos de nossa comunidade política”, o que exige, portanto, “local e ocasião para deliberação pública” e, sobretudo, um *sentimento de pertencimento*. Para Sandel (2020, p. 311-312),

[...] não é possível deliberarmos sobre propósitos e fins comuns sem um senso de pertencimento, sem nos enxergarmos como membros de uma comunidade à qual devemos gratidão. Apenas enquanto dependemos dos outros e reconhecemos nossa dependência teremos motivos para reconhecer a contribuição do outro ao nosso bem-estar coletivo. Isso exige senso de comunidade suficientemente robusto para possibilitar que cidadãos digam, e acreditem, que “estamos todos juntos nisso” — não como um ritual mágico em momentos de crise, mas como descrição plausível de nossa vida diária.

A menção a esse sentimento de pertencimento como condição para a deliberação sobre o bem comum é de importância fundamental, isso porque podemos facilmente relacioná-lo com o senso de solidariedade que os cidadãos podem demonstrar entre si. Apenas pessoas que se sentem parte de uma mesma comunidade são capazes de demonstrar solidariedade uns pelos outros. Quando perdem essa capacidade, isso é um sinal de que não se sentem mais parte da mesma comunidade<sup>7</sup>. Segue-se que qualquer coisa que ameace enfraquecer esse tipo de sentimento cívico vira alvo de ataques por parte do autor estadunidense.

Com efeito, essa preocupação é uma das constantes de seu pensamento e talvez sua principal dissidência em relação ao liberalismo, já que para ele os frutos que esse tipo de política dá sempre apontam na direção de um afastamento entre as pessoas. Tomemos por exemplo a crítica que ele faz ao comercialismo desinibido que ocupa esferas cada vez mais amplas da vida em comunidade e que, quando somado ao abismo crescente entre pobres e ricos, fomenta o mesmo tipo de prejuízo ao sentimento de pertencimento e conseqüentemente à deliberação sobre o bem comum. Sobre isso, Michael Sandel (2005, p. 57) comenta que “[...] quando o crescente abismo entre ricos e pobres leva os primeiros a deixar as escolas, parques e transportes públicos

<sup>6</sup> Sandel (2011, p. 296) reconhece que, ao adotar a concepção de justiça de Aristóteles, sacrifica-se a liberdade em nome de certas concepções de boa vida, o que, para Kant, Rawls e todo o discurso liberal deve parecer assustador. Contudo, continua ele, a alternativa liberal, ao pleitear uma neutralidade incondicional frente a controvérsias morais e religiosas — como a pesquisa com células e o casamento homossexual (SANDEL, 2011, p. 312-321) — nasce já fadada ao fracasso, já que seria impossível resolvê-las sem tomar partido por algum valor.

<sup>7</sup> Essa relação foi primeiramente apontada por Ahola-Launonen (2012, p. 35), segundo quem “perder o sentido de pertencimento está relacionado a perder o senso de solidariedade. Solidariedade é uma virtude cívica, a qual é necessária para a deliberação virtuosa sobre o bem comum, e essa deliberação é necessária para a realização do bem comum em si. Assim, a solidariedade é um elemento intrínseco ao bem comum”.

por espaços privilegiados, a virtude cívica se torna mais difícil de sustentar, e o bem comum some de vista”<sup>8</sup>. Em outra ocasião, ele refere-se ao mesmo fenômeno ao afirmar que

Quanto maior o número de coisas que o dinheiro compra, menor o número de oportunidades para que pessoas de diferentes estratos sociais se encontrem. [...] Algo semelhante vem acontecendo na sociedade como um todo. Numa época de crescente desigualdade, a marquetização de tudo significa que as pessoas abastadas e as de poucos recursos levam vidas cada vez mais separadas. [...] Não é bom para a democracia e nem sequer é uma maneira satisfatória de levar a vida. [...] O importante é que pessoas de contextos e posições sociais diferentes encontrem-se e convivam na vida cotidiana, pois é assim que aprendemos a negociar e respeitar as diferenças ao cuidar do bem comum (SANDEL, 2018, p. 202).

É por conta dessa fundamentação liberal e de seus efeitos nocivos ao bem comum que Sandel critica os rumos que a política estadunidense tomou a partir dos governos marcadamente liberais de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, em especial o papel de destaque que eles deram à meritocracia como resposta à desigualdade. Segundo ele, ao enaltecerem a ideia de que todos têm a chance de ascender valendo-se de seu esforço e talento, esses governantes deram início a um discurso que implicitamente justifica e legitima a persistente desigualdade social. E isso porque o ideal meritocrático, ao colocar demasiada ênfase na responsabilidade pessoal sobre nossas conquistas, traria embutido em si a ideia de que “talvez o rico seja rico porque merece, e os pobres mereçam ser pobres”, o que acabou gerando arrogância entre aqueles e ressentimento entre estes (2020)<sup>9</sup>.

Vem daí o aspecto mais corrosivo da meritocracia. Levados a pensar que cada pessoa é responsável pelo seu próprio destino, os ricos tomam sua posição como algo merecido e não conseguem se ver na posição dos pobres, de se imaginar “calçando o sapato de outra pessoa”, e por isso tornando-se menos propensos a demonstrar solidariedade. Crentes de que ocupam as posições que ocupam graças apenas a seu próprio esforço, os mais abastados deixam de ter empatia pela classe mais baixa, seja por acreditarem que são merecedores dessa posição, seja por acreditarem que eles próprios não as ocupariam. Daí Sandel (2020, p. 23) acreditar que “quanto mais pensarmos em nós como pessoas que vencem pelo próprio esforço e são autossuficientes, mais difícil será aprender a ter gratidão e humildade. E sem esses sentimentos é difícil se importar com o bem comum”<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Na visão de Sandel (2011, p. 328), “[o] esvaziamento do domínio público dificulta o cultivo do hábito da solidariedade e do senso de comunidade dos quais depende a cidadania democrática”.

<sup>9</sup> Daí Sandel acreditar que o ideal meritocrático foi um dos pivôs dos protestos populistas que culminaram com a eleição de Donald Trump em 2016. Ao invés de desempenhar um papel inspirador, o discurso meritocrático acabou por adquirir um efeito inverso; o de insultar as classes mais populares, que acabaram vendo em Trump uma válvula de escape para sua frustração. O apoio a Trump haveria se dado, portanto, como uma forma de canalizar o ressentimento daqueles que, tendo ouvido essa retórica por anos, sentiam-se responsabilizados pela sua própria condição. Para eles, a retórica do crescimento era mais insultante do que inspiradora, pois havia nela o julgamento implícito sobre sua própria condição.

<sup>10</sup> Sandel não está sozinho ao defender isso. Essa mesma ideia é amplamente exemplificada por Robert H. Frank (2016), que argumenta persuasivamente a favor da conexão entre a consciência do papel da sorte em nossas vidas e carreiras e o sentimento de humildade e empatia que isso desperta em seus beneficiários. Para esse autor, assim como para Sandel, “pessoas alheias as suas próprias vantagens geralmente são igualmente alheias

Isso explica porque o autor está muito mais preocupado com o próprio ideal meritocrático do que com questões de justiça relacionadas a ele, e para a qual a solução seria simplesmente ampliar a igualdade de oportunidades. Tendo tudo isso em vista, não é surpresa que Sandel se oponha tão fervorosamente à meritocracia, visto que ela é um elemento altamente nocivo à solidariedade, à humildade e, portanto, à busca pelo bem comum. O que veremos a seguir é como essa aversão à meritocracia acaba fundamentando a condenação que o autor lança sobre os aprimoramentos.

### 3 Como o aprimoramento ameaça a humildade e a solidariedade

Vimos anteriormente que, para Sandel, a maior ameaça do aprimoramento é a que ele impõe aos sentimentos de solidariedade e humildade. Se esse é o caso, fica fácil entender porque ele se opõe a essa prática, visto o papel de destaque que essas virtudes desempenham no sentimento de pertencimento, crucial à deliberação acerca do bem comum. A questão que se segue é entender como esse autor relaciona a prática do aprimoramento à perda dessas virtudes.

A primeira hipótese que nos vêm à mente remete ao problema da desigualdade de acesso a essas tecnologias. Filhos de casais com mais recursos naturalmente ocupariam uma parcela significativa do número total de crianças geneticamente aprimoradas, em oposição aos filhos de casais das classes sociais menos favorecidas. Assim, supondo que, com mais dons genéticos, filhos de famílias ricas teriam vantagem na disputa pelas melhores vagas de educação e emprego disponíveis e que, graças a isso, teriam condições de promover aprimoramentos adicionais a seus próprios filhos — além dos que eles já herdariam naturalmente —, teríamos um efeito cumulativo que findaria com os ricos tornando-se cada vez mais ricos e os pobres condenados à estagnação social.

Mas o filósofo bioconservador rejeita essa alternativa em favor de uma mais fundamental<sup>11</sup>. O problema, segundo ele, não diz respeito exatamente às consequências de uma possível distribuição desigual de talentos, mas ao fato de esses talentos não serem mais obra do acaso. Embora uma criança possa ter superinteligência e outra não, não seria esse o contraste principal entre elas. A principal diferença seria que elas não mais compartilhariam o fato de deverem seus talentos ao acaso<sup>12</sup>. É esse raciocínio que faz com que os aprimoramentos se tornem um perigoso reforço ao ideal meritocrático.

Para entendermos isso, devemos ter em mente que Sandel (2020), assim como Rawls, dá bastante peso ao fato de que nenhuma meritocracia pode ser completa quando levamos em consideração o caráter aleatório de nossos talentos e do valor que a sociedade dá a eles. Ter

---

as desvantagens das outras pessoas” (p. xiv), da mesma forma que aquelas que reconhecem a contribuição da sorte para seu sucesso “estão muito mais propensas a apoiar os investimentos públicos que criaram e mantiveram o ambiente que fez seu próprio sucesso possível” (p. xvi).

<sup>11</sup>Com efeito, Sandel (2013, p. 28) comenta que “a questão fundamental não é como assegurar o acesso igualitário ao melhoramento, e sim se devemos aspirar a ele”. Mais adiante, ele diz ainda que “se o que nos incomoda fosse apenas a injustiça de acrescentar a baixa estatura ao rol de problemas dos pobres, poderíamos remediar o problema oferecendo terapias de aprimoramento subsidiadas pelo governo” (SANDEL, 2013, p. 30).

<sup>12</sup>“Se a engenharia genética nos permitisse sobrepujar os resultados da loteria genética e substituir o acaso pela escolha, o caráter de dádiva das potências e das conquistas humanas desapareceria — e com ele, talvez, nossa capacidade de nos ver como pessoas que compartilham um destino comum” (SANDEL, 2013,\* p. 102).

nascido com uma facilidade para o cálculo numa sociedade que dá grande prestígio ao trabalho dos engenheiros, por exemplo, não é algo do qual alguém possa se achar responsável. Nesse sentido, não existe mais mérito em ser dotado de certos talentos do que existe em ter nascido numa família abastada, de forma que “os talentos naturais (e a admiração que eles inspiram) constroem a fé meritocrática; lançam dúvidas sobre a convicção de que as recompensas e os elogios fluem unicamente do esforço” (SANDEL, 2013, p. 41-42)<sup>13</sup>.

Daí o grande risco representado pelo aprimoramento. Se este nos permite manipular até mesmo os nossos talentos, fazendo-os coincidir com o que é valorizado em determinada sociedade, a ideia de autossuficiência volta à tona. Com isso, veríamos nossa humildade diminuída, já que deixaríamos de apreciar os traços que consideramos positivos como dons e passaríamos a vê-los como fruto de nossa vontade (SANDEL, 2013, p. 98). Perderíamos a virtude da *abertura ao inesperado*, típica daqueles que não podem controlar tudo ao seu redor e aprendem a agradecer quando são agraciados com boa saúde ou talento<sup>14</sup>. Ao lado disso, passaríamos a ver até mesmo nossos talentos como algo sob nosso controle e pelo qual seríamos responsáveis e, por isso, não apenas merecedores dos benefícios que eles trariam, mas também indiferentes aos infortúnios daqueles que, por sua própria responsabilidade, não possuísem nenhum. Assim, como consequência da eliminação desse último bastião de aleatoriedade, sumiria também nossa solidariedade para com nossos concidadãos não aprimorados.

Eis, portanto, a relação entre solidariedade e dádiva: ter um senso vívido da contingência de nossos dons — a consciência de que nenhum de nós é completamente responsável pelo próprio sucesso — impede a sociedade meritocrática de deslizar para a crença arrogante de que o sucesso é o coroamento da virtude, de que os ricos são ricos porque são mais merecedores do que os pobres. [...] A meritocracia, menos moderada pelo acaso, ficaria mais inflexível e menos tolerante. À medida que o perfeito conhecimento genético extinguisse o simulacro de solidariedade que existe nos mercados de seguros, o perfeito controle genético corroeria a verdadeira solidariedade que surge quando homens e mulheres refletem sobre a contingência de seus talentos e de sua sorte. (SANDEL, 2013, p. 102-103).

Assim, o que o enfraquecimento de nossa humildade e solidariedade representa é, sobretudo, o fortalecimento dos efeitos corrosivos da meritocracia; uma perda do nosso sentimento de pertencimento à comunidade e nossa capacidade de nos engajarmos na busca pelo bem comum. Eis, portanto, a razão mais fundamental pela qual Sandel se opõe a esse tipo de prática. Ao ser hostil ao liberalismo e ao papel nocivo da meritocracia, o autor acaba sendo também contra o potencial que a engenharia genética tem de fortalecer o ideal meritocrático e enfraquecer

<sup>13</sup>Por essa razão, Sandel (2013, p. 41) enfatiza que “reconhecer o aspecto de dádiva da vida é reconhecer que nossos talentos e nossas potências não são mérito unicamente nosso; não são sequer completamente nossos, apesar de todos os nossos esforços para desenvolvê-los e exercitá-los”.

<sup>14</sup>Não é à toa que esse autor acredite que as relações parentais seriam prejudicadas, já que afirma que elas são o maior exemplo do tipo de *abertura ao inesperado* que as técnicas de aprimoramento colocariam em risco. Para ele, “a experiência de ser pai ou mãe é uma escola de humildade. O fato de nos importarmos profundamente com nossos filhos, mas não podermos escolher o tipo de filhos que queremos ensina os pais a se abrirem ao imprevisto” (SANDEL, 2013, p. 98).

nosso senso de solidariedade, desgastando assim as bases do que é necessário para se ter uma vida cívica saudável e uma boa democracia<sup>15</sup>.

## 4 Críticas

Avaliar até que ponto Sandel está correto em julgar o aprimoramento um risco à democracia envolveria questionar não apenas a relação que ele afirma existir entre a contingência de nossos talentos e nosso senso de humildade e solidariedade, mas também sua visão mais geral acerca de como alcançar o bem comum, investigação que excede em muito o espaço disponível. Contudo algumas observações nesse sentido podem ser feitas, mesmo que aceitemos essas duas premissas de seu raciocínio.

Em primeiro lugar, podemos questionar se o aprimoramento possui de fato as características necessárias para reforçar a meritocracia, tal qual Sandel a descreve. Com efeito, embora seja compreensível pensar assim quando nos referimos a pessoas que operam seus próprios aprimoramentos, o mesmo não acontece no caso do aprimoramento genético, em que as crianças aprimoradas ainda irão dever seus talentos a uma série de fatores alheios a sua vontade, ainda tendo por isso motivos para demonstrar gratidão, humildade e solidariedade<sup>16</sup>. Destacamos assim que o benefício de ser aprimorado não é menos sujeito à sorte do que o de um indivíduo que, por uma série de coincidências, consegue uma promoção, uma carreira de sucesso ou coisas análogas.

Mas se, como destaca Sandel, o efeito nocivo do aprimoramento recai sobre os pais projetistas, ao invés de sobre os filhos projetados<sup>17</sup>, então os aprimoramentos seriam uma conquista pessoal dos pais, que dariam assim um passo em direção à realização de suas próprias expectativas, atreladas à realização profissional e pessoal dos filhos. Ao fazer o máximo possível pelos filhos, os pais estariam reclamando um tipo de controle pelo qual poderiam se sentir orgulhosos, e ao fazer isso, sentir-se superiores a outros pais cujos filhos não alcançaram as mesmas realizações.

Mas, nesse caso, podemos nos lembrar do que diz Allen Buchanan (2011, p. 134), ao notar que, “[m]esmo com aprimoramentos biomédicos completos, nossas vidas ainda estariam

<sup>15</sup>A esse respeito, Ahola-Launonen (2012, p. 40), um dos primeiros autores a atentar para a relação entre as ideias políticas e bioéticas de Sandel, resume muito bem esse ponto ao afirmar que “o argumento de Sandel é o de que, a fim de alcançar a boa vida, é mais importante preservar as práticas sociais da humildade e solidariedade e cultivar essas virtudes cívicas do que pedir por direitos individuais em decisões que dizem respeito a aprimoramentos genéticos ou algum suposto benefício que o aprimoramento pode trazer. [...] Da mesma forma que o direito não é, ao menos não automaticamente, anterior ao bem, o direito de usar aprimoramentos não é automaticamente anterior à preservação da solidariedade”.

<sup>16</sup>É exatamente utilizando esse raciocínio que Ori Lev (2011, p. 178-179) afirma que nossa solidariedade só seria afetada se os aprimoramentos atendessem a três requisitos: que eles fossem aplicados em adultos de acordo com suas próprias escolhas, que estivessem disponíveis a todas as pessoas e que possuíssem os mesmos efeitos para todos, sem efeitos colaterais inesperados.

<sup>17</sup>Sobre isso, ele afirma que “seja qual for seu efeito sobre a autonomia da criança, o impulso de banir a contingência e dominar o mistério do nascimento apequena os pais projetistas e corrompe a experiência da paternalidade enquanto prática social governada por preceitos de amor incondicional. [...] Ainda que não prejudique a criança ou reduza sua autonomia, a eugenia perpetrada pelos pais é censurável porque expressa e estabelece certa atitude diante do mundo — uma atitude de dominação, que não valoriza o caráter de dádiva das potências e conquistas humanas e desconsidera aquela parcela da liberdade que consiste em uma persistente negociação com aquilo que nos é dado” (SANDEL, 2013, p. 93).

sujeitas a uma massiva falta de controle”. Como exemplo disso, ele cita o papel das guerras, das reviravoltas econômicas, dos desastres naturais, dos amores improváveis, entre outros elementos imprevisíveis que podem desviar os planos de qualquer pessoa. Daí ele concluir que “[m]aestria sobre a biologia humana não seria maestria sobre a condição humana. [...] Nós ainda estaríamos em uma posição de mostrar gratidão por muitos ‘presentes’” (BUCHANAN, 2011, p. 134).

Com efeito, Sandel recorre a um significado bastante pontual da contingência que pode se abater sobre nossos filhos. Um desses aspectos diz respeito à biologia, em que eles podem ser deficientes ou talentosos em um ou outro aspecto. Mas há também outros aspectos formadores que fogem da alçada da biologia. Meus filhos podem escolher ter ou não ter filhos, dedicar-se ao crime ou ao trabalho honesto, sair de casa aos 18 ou aos 40 anos. Podem ainda escolher sua profissão, seu partido político, seu círculo de amizades, seus passatempos etc. Todos esses aspectos exigem igualmente uma abertura ao inesperado capaz de inspirar a humildade. Por que então optar pela contingência genética como principal expressão da experiência parental e porta de entrada para a humildade e solidariedade? Por que o sentimento de pertencimento precisa se dar sob a contingência genética dos talentos, quando pode se dar sob tantas outras coisas?

Em segundo lugar, convém notar que o filósofo bioconservador não sugere que rejeitemos completamente a meritocracia por conta de seus efeitos nocivos, comentando inclusive que ela é algo desejável (SANDEL, 2020, p. 51), desde que não coloque um peso tão grande em sua promessa de maestria e autoconstrução, de forma que “[s]uperar a tirania do mérito não significa que mérito deveria ficar sem função na distribuição de empregos e papéis sociais. Em vez disso, significa repensar a maneira como concebemos o sucesso” (SANDEL, 2020, p. 223).

Para tanto, o autor sugere que destaquemos os elementos contingentes que muitas vezes possibilitam nosso sucesso, de forma que possamos reconhecê-lo como algo além de esforço pessoal e mérito<sup>18</sup>, e também construir arranjos sociais para que mesmo aqueles que não conquistaram vagas nas universidades e nem possuem trabalhos socialmente valiosos recebam a estima merecida, não de acordo com seu salário, mas com sua capacidade de contribuir para o bem comum.

Essencial a esse último ponto seria tornar o sucesso na vida menos dependente de um diploma universitário, ao lembrarmos que muito do prestígio das universidades depende do seu propósito de preparar as pessoas não apenas para o mundo do trabalho, mas também para serem pessoas moralmente reflexivas e capazes de deliberar sobre o bem comum, propósito para o qual o diploma universitário não tem monopólio. Ao lado disso, deveríamos também focar em uma igualdade de condições que se esforce em dar uma vida decente mesmo àqueles que não alcançaram grande riqueza ou posições privilegiadas, para que estes não se sintam excluídos e possam, juntos com seus concidadãos, deliberar sobre o bem comum<sup>19</sup>.

<sup>18</sup>Sandel (2020, p. 256-260) afirma que as universidades, corações da meritocracia, servem para humilhar os que ficam de fora, ao mesmo tempo em que criam muita pressão sobre os que entram. Isso se deve ao enorme peso deixado sobre a responsabilidade individual, que pode ser remediado reinserindo um aspecto de aleatoriedade nos processos seletivos. Daí ele sugerir que, dentre um grupo comprovadamente qualificado, aqueles que devem ter acesso à universidade sejam escolhidos por meio de uma loteria, de forma a amenizar tanto o ego dos escolhidos quanto o ressentimento dos que ficarem de fora.

<sup>19</sup>A esse respeito, Sandel acredita que precisamos de uma política que nos veja mais como produtores — capazes de oferecer nosso trabalho em prol do bem de nossos concidadãos — do que como meros consumidores. Por

Assim, se a meritocracia não está irremediavelmente em oposição à busca pelo bem comum, não parece que os aprimoramentos devam estar<sup>20</sup>. Com efeito, numa sociedade em que a estima social fosse igualmente distribuída entre os que ocupam os cargos mais altos e os mais baixos, o aprimoramento deixaria de ser visto como algo que nos rouba “o último refúgio da solidariedade”. Nesse caso, quer fôssemos ou não capazes de escolher nossos talentos ou de nossos filhos, isso não importaria, pois tais talentos e o sucesso que pudesse vir a partir deles não seriam o principal elemento a nos habilitar a participar da vida política. Criar estruturas que evidenciassem os aspectos contingentes mesmo dos aprimoramentos<sup>21</sup>, e que recompensassem e estimassem uma pessoa, sobretudo por sua contribuição para o bem comum, a despeito de seus dotes genéticos, seriam caminhos análogos aos sugeridos por Sandel e que poderiam fazer com que ele olhasse com melhores olhos para esse tipo de prática.

## 5 Considerações finais

A preocupação de Sandel com o papel que a retórica meritocrática desempenhou nos últimos anos e dos rumos que a maior democracia do mundo trilhou em consequência disso tem sua razão de ser. Nenhuma sociedade que dependa da participação popular para eleger seus líderes pode resistir a um desgaste tão prolongado daquilo que torna possível essa escolha. E quando uma nova tecnologia ameaça fortalecer os elementos responsáveis por esse desgaste, não é surpresa que haja oposição a ela.

Mas como vimos, a ideia de meritocracia não é algo nocivo por si só. Para que ela se transforme numa ameaça à democracia, é preciso que esteja acompanhada de um discurso que a torne ao mesmo tempo uma proposta de solução e uma legitimadora da desigualdade, assim como uma ferramenta para distribuir a estima social. E, ao desafiar a exclusividade dessa forma de enxergar a meritocracia, o filósofo estadunidense ao mesmo tempo abre as portas para que os aprimoramentos venham a fazer parte de nossas vidas num futuro próximo.

Se tais tecnologias irão ou não oferecer o desafio que Sandel imaginou, apenas o tempo dirá. Mas se levarmos em conta que o desafio previsto não é essencialmente novo, mas apenas

---

isso devemos resistir à tentação de ver no mercado o reflexo do verdadeiro valor social das pessoas para o bem comum. Vem daí sua dupla proposta: promover um pagamento suplementar aos trabalhadores de baixa renda, a exemplo do que fez a Europa durante a pandemia de 2020, para evitar que eles fossem demitidos, e taxar de forma mais efetiva aqueles cuja contribuição para o bem comum está muito aquém em relação às recompensas que recebem do mercado. Isso teria o efeito, sobretudo, de expressar um certo julgamento social sobre o que contaria como uma contribuição valiosa para o bem comum (SANDEL, 2020, capítulo 7).

<sup>20</sup>A esse respeito Will Jefferson, Thomas Douglas, Guy Kahane e Julian Savulescu (2014) comentam que a prática do aprimoramento, quando dirigida a traços cognitivos e comportamentais, pode inclusive fortalecer virtudes cívicas, entendidas como qualidades capazes de contribuir para o bom funcionamento do governo. Eles se referem aqui a aprimoramentos capazes de fornecer aos cidadãos habilidades úteis para melhor adquirir e lidar com informações relevantes na escolha de candidatos, bem como capazes de dotar os cidadãos de motivações para participar da política. Para eles, “[é] importante ter cidadãos que são motivados a votar, aprender sobre política, e participar na vida comunitária, assim como endossar normas democráticas como tolerância e ter um senso de solidariedade para com seus concidadãos” (JEFFERSON; DOUGLAS; KAHANE; SAVULESCU, 2014, p. 509).

<sup>21</sup>Sobre isso, poderíamos enfatizar que mesmo a disponibilização de aprimoramentos de capacidades são contingentes, no sentido de que nem sempre existiram e sua criação está além do nosso controle.

um desdobramento de algo já notado e diagnosticado, talvez possamos nos apegar à lembrança de que, apesar de todos os desafios que enfrentou até aqui, a democracia persiste.

## Referências

AGAR, Nicholas. Liberal eugenics. *Public Affairs Quarterly*, v. 12, n. 2, 1998, p. 137-155.

AHOLA-LAUNONEN, Saara Johanna. *Chance, choice and responsibility: a responsibility-sensitive egalitarian interpretation of Michael Sandel's argumentation against genetic enhancement*. 2012. Thesis (Political Science) – University of Helsinki, Faculty of Social Sciences Social and Moral Philosophy, 2012.

BUCHANAN, Allen. *Better than human: the promise and perils of enhancing ourselves*. Oxford University Press, 2011.

FRANK, Robert H. *Success and luck: good fortune and the myth of meritocracy*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

HABERMAS, Jürgen. *O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal?* Tradução: Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

JEFFERSON, Will; DOUGLAS, Thomas; KAHANE, Guy; SAVULESCU, Julian. Enhancement and civic virtue. *Social Theory and Practice*, v. 40, n. 3, p. 499-527, 2014.

LEV, Ori. Will biomedical enhancements undermine solidarity, responsibility, equality and autonomy? *Bioethics*, v. 25, n. 4, p. 177-184, 2011.

SANDEL, Michael. *O liberalismo e os limites da justiça*. Tradução de Carlos E. Pacheco do Amaral. Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

SANDEL, Michael. *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. 4. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SANDEL, Michael. *Contra a perfeição: ética na era da engenharia genética*. Tradução de Ana Carolina Mesquita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SANDEL, Michael. *O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado*. Tradução de Clóvis Marques. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SANDEL, Michael. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?* Tradução de Bhuvli Libanio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.